

Editorial

Dossiê: gênero, subjetividades e relações de poder

A edição de 2016 da *Revista Captura Críptica* – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC -, teve em seu *Dossiê* o propósito de contribuir para as discussões sobre **gênero, subjetividades e relações de poder**. A cada edição, a Revista escolhe compor seu *Dossiê* com um tema que esteja em sincronia com debates e eventos relevantes da atualidade. Gênero, definitivamente, é um desses temas que se revelam como atuais e que, mesmo sendo frequentemente abordado, ainda carece de análises que sejam múltiplas e que possam contribuir para o avanço no campo da pesquisa e para a sociedade como um todo.

Promover tal debate sobre as mais diversas facetas das questões de gênero é promover uma discussão sobre questões políticas, sociais e jurídicas de grande impacto na vida cotidiana de pessoas que estão, repetidas vezes e historicamente, sofrendo exclusões e marginalizações. Conforme a célebre definição de Joan Scott, sendo o gênero o elemento constitutivo das relações sociais estabelecidas com base nas diferenças percebidas entre os sexos, pode-se afirmar que ele constitui o campo primário mediante o qual se articula o poder. Por essa razão, justifica-se falar de gênero em meio ao conturbado cenário político que o Brasil viveu em 2016, cujo cume foi atingido com o processo que desencadeou o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, e em um contexto de crise econômica e fortes ameaças de retrocesso das conquistas sociais, mesmo as já esculpadas em marcos legais.

O *Dossiê* assume a importância do atual contexto de polarizações e questionáveis processos legais e políticos que vive o Brasil. Reconhecer que as questões de gênero perpassam as mais diversas esferas da organização jurídica e política de um país é fundamental para entender sua importância. Compreendendo o gênero como uma estrutura social na qual se apoiam todas as instâncias sociais, torna-se mais fácil analisar, por exemplo, o golpe institucional que vem afundando a democracia brasileira. O processo de exclusão da mulher do cenário político, no qual se perpetua a ideia de que o seu

lugar deve ser de mera coadjuvante, é essencial para essa compreensão: se hoje os meios de comunicação veiculam a imagem de uma mulher ideal jovem, dócil, bela, recatada e do lar, endossando a sua reclusão no espaço privado, isso significa que pouco se avançou no combate às opressões de gênero. É inegável que a crise institucional veio desnudar também o machismo estrutural que nos atinge, a todas e a todos, e é preciso denunciar que uma suposta neutralidade acerca das discussões de gênero, em nosso momento histórico, tem o condão de nos tornar coniventes com essas mazelas, fugindo do escopo de um Estado que se pretende democrático e de direito.

Esta edição da *Revista Captura Crítica* teve, também, o propósito de oportunizar às pesquisadoras e aos pesquisadores que trabalham com questões de gênero a divulgação de seus trabalhos numa revista voltada para a área do Direito. Com isso, não se está apenas reservando um espaço para a discussão científica, mas se trata de uma atitude política que não ignora as relações de poder assimétricas entre homens e mulheres e visa à construção de espaços de maior equidade dentro da academia.

O *Dossiê gênero, subjetividades e relações de poder* conta com nove artigos. O primeiro deles é de autoria de Camila Damasceno de Andrade, mestranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e aborda o modo como a figura da mulher é retratada nos mais aclamados discursos criminológicos do Ocidente.

Já o texto de Diego Sousa de Carvalho, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), aborda a forma como os saberes médicos e psiquiátricos atuam no processo de demarcação das identidades sexuais, em especial das homossexualidades transexualidades.

Por sua vez, o artigo das mestrandas em Gênero e Direitos Humanos na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Leonísia Moura Fernandes e Tayse Ribeiro de Castro Palitot e da Msc. Luísa Câmara Rocha, vai relacionar a cultura do estupro e o avanço do conservadorismo, o qual tem posto em risco os direitos conquistados pelas mulheres no Brasil.

Gabriela M. Kyrillos, doutoranda em Direito pela UFSC, analisa como se deu a inserção das discussões sobre os direitos das mulheres no cenário internacional dos direitos humanos ao longo do século XX, e como essa inclusão pode contribuir para o fortalecimento e maior amplitude de tais direitos.

Em seguida, o artigo de autoria da graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Helena Loureiro Martins, e da Prof. Dra. Mônica Neves Aguiar, vai debater a aferição da capacidade civil das mulheres e o modo como esta é influenciada pela construção cultural do gênero feminino, tornando as mulheres mais vulneráveis nesse processo.

O texto de Adonias Calebe de Moraes e Giselle Carolina Piasetzki, graduandos do curso de Direito da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), aborda o tema das crianças transgêneros e a importância do apoio familiar e profissional.

O graduando em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Alisson Rodrigo de Araújo Oliveira, analisa os preconceitos que fundamentam certas visões de família, que têm sido invocados por figuras públicas para a aprovação do chamado Estatuto da Família, que a define como sendo, meramente, a união entre homem e mulher.

Em seguida, o trabalho de Vanessa Fogaça Prateano, graduada em Comunicação Social e em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e de Victor Sugamoto Romfeld, mestrando em Direito pela UFPR, realiza uma defesa da Lei Maria da Penha por meio de uma aproximação entre a Criminologia Crítica e a Criminologia Feminista.

Enfim, completando o *Dossiê*, o artigo de autoria de Marina Lis Wassmansdorf, mestranda em História pela UFSC, vai abordar as diferentes visões de gênero e patriarcado em três importantes autoras feministas latino-americanas, pertencentes ao debate entre pós-colonialismo e decolonialidade, quais sejam: María Lugones, Rita Segato e Julieta Paredes.

Além do *Dossiê*, a *Revista Captura Crítica* possui outras seções, que contam com valiosas contribuições nesta edição.

Na seção *Captura Crítica*, destinada a textos, manifestos e produções artísticas e literárias, contamos com a colaboração de Lua Marina Moreira Guimarães, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o texto intitulado “Abya Yala”.

Na seção *Captura*, na qual se encontram os textos voltados a inovar no estado teórico da dogmática jurídica, contamos com duas contribuições. A primeira delas é o artigo da Msc. Natasha Karenina de Sousa Rego, intitulado “Ativismo judicial transnacional no caso Gomes Lund e outros”, que aborda alguns casos que foram apresentados contra o Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, promovendo uma análise sobre o denominado ativismo

jurídico transnacional.

Em seguida, o texto “Neoconstitucionalismo latino-americano e o fortalecimento do discurso ecocêntrico: a experiência equatoriana e boliviana de reconhecimento dos direitos da natureza (Pacha Mama e Madre Tierra)”, de autoria do graduando em Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (IESES), Daniel Moreira da Silva, e do Doutorando em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), Tauã Lima Verdan Rangel, aborda as experiências do neoconstitucionalismo latino-americano, em especial a partir das Constituições do Equador e da Bolívia, no que se refere ao reconhecimento de direitos da natureza.

Na seção *Críptica* se encontram os artigos e ensaios de propedêutica jurídica. O primeiro deles é de autoria do graduando em Direito pela UFSC, João Victor A. Krieger, intitulado “Universidade Sem Muros: uma extensão universitária para além do dogmatismo jurídico”, que problematiza o paradigma do direito positivo e apresenta a experiência do grupo Universidade Sem Muros (USM), projeto de pesquisa e extensão que combina o uso crítico do direito com sua face social e empírica.

De autoria da doutoranda em Direito pela UFSC, Gabriela M. Kyrillos, o artigo “Refletindo sobre o ensino jurídico a partir de ‘A Cor Púrpura’ de Alice Walker” combina direito e literatura ao analisar o livro “A Cor Púrpura” e o filme de mesmo nome como ferramentas interdisciplinares para o ensino jurídico.

Por fim, encerrando a seção *Críptica*, o artigo das graduadas em Direito pela UFSC, Janine Laís Moratelli e Marina Leite de Almeida, intitulado “No fundo do poço: tabu, direito, censura e ideologia”, aborda a relação existente entre direito e ideologia a partir da peça teatral de Helena Silveira, cujo texto original foi censurado pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Estado de São Paulo por motivos de “preservação da moralidade pública”.

Finalizando a edição de 2016, a seção *Verbetes* traz a contribuição do doutorando em Direito pela UFSC, Macell Cunha Leitão, intitulada “Por uma teoria do direito brasileiro: um resgate do conceito de senso comum teórico dos juristas”, na qual se propõe pensar uma teoria do direito brasileira a partir do resgate do conceito de senso comum teórico dos juristas proposto por Luis Alberto Warat.

Os dezesseis trabalhos da *Revista Captura Críptica*, aqui brevemente apresentados, têm o propósito de promover um debate crítico sobre o Direito e

áreas correlatas. Esperamos que sua instigante leitura seja capaz de contribuir para outras construções críticas sobre os temas aqui perpassados, cooperando com o fortalecimento das visões críticas no campo do Direito, que se veem cada vez mais ameaçadas.